



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
CURSO DE PEDAGOGIA

**A MONITORIA PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS NOS ANOS INICIAIS**

Luana Gabrieli Scherner

Lajeado/RS, 2023

Luana Gabrieli Scherner

A MONITORIA PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NOS ANOS INICIAIS

Projeto de pesquisa de Conclusão de Curso, apresentado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Danise Vivian

Lajeado/RS, 2023

Luana Gabrieli Scherner

**A MONITORIA PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS NOS ANOS INICIAIS**

A Banca Examinadora abaixo aprova o trabalho de Conclusão de Curso apresentado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Dra. Danise Vivian - Orientadora
Universidade do Vale do Taquari

Dra. Morgana Domênica Hattge
Universidade do Vale do Taquari

Lajeado, 7 de dezembro de 2023

RESUMO

Este estudo é fruto de uma Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que tem como objetivo principal compreender a influência da rotatividade e/ou troca de monitor para crianças com necessidades específicas nos Anos Iniciais. Nos Anos Iniciais temos a figura do monitor que atua no espaço escolar auxiliando o professor e, principalmente e mais especificamente, as crianças com necessidades específicas na execução de atividades diárias, incluindo situações de aprendizagem e outras demandas e necessidades mais específicas, como a locomoção, alimentação, higiene, comunicação e interação social. Neste trabalho serão abordadas questões relacionadas aos direitos das crianças com necessidades específicas na educação, a importância do monitor para o acompanhamento das crianças com necessidades específicas, e o que ocasiona e gera a rotatividade destes monitores no trabalho com essas crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Para atingir o objetivo proposto foi realizada uma entrevista com a coordenadora da etapa dos Anos Iniciais de uma escola de rede particular do município de Lajeado/RS, e um grupo focal com cinco monitoras dos Anos Iniciais dessa mesma instituição. A entrevista e o grupo focal realizados buscaram saber qual o papel das monitoras no ambiente escolar, os possíveis motivos para haver uma rotatividade de monitores para crianças com necessidades específicas e se essa questão afeta as crianças de alguma maneira. Para a análise de dados, criaram-se duas categorias. A primeira intitulada "Reflexões sobre o papel vital do monitor" discute a importância dos monitores no apoio a crianças com necessidades específicas. A segunda categoria nomeada "Rotatividade de monitores: desvendando os porquês", aborda a rotatividade dos monitores nesse contexto, explorando as razões por trás desse fenômeno. Como resultados, essa pesquisa apontou que o monitor possui um papel crucial na educação de crianças com necessidades específicas, e a rotatividade desses profissionais é influenciada por diversos fatores, como melhores oportunidades de emprego, adaptação e falta de formação. É enfatizado a necessidade de formação contínua, apoio e adaptação para lidar eficazmente com a rotatividade, garantindo a estabilidade emocional e acadêmica das crianças com necessidades específicas durante as transições.

Palavras-chave: Monitor. Estudantes com necessidades específicas. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This study is the result of a Course Completion Work Research whose main objective is to understand the influence of rotation and/or change of monitor for children with specific needs in the Early Years. In the Early Years we have the figure of the monitor who works in the school space helping the teacher and, mainly and more specifically, children with specific needs in carrying out daily activities, including learning situations and other more specific demands and needs, such as locomotion, food, hygiene, communication and social interaction. This work will address issues related to the rights of children with specific needs in education, the importance of monitors for monitoring children with specific needs, and what causes and generates the turnover of these monitors when working with these children in the early years of elementary school. . To achieve the proposed objective, an interview was carried out with the coordinator of the Initial Years stage of a private school in the city of Lajeado/RS, and a focus group with five Early Years monitors from that same institution. The interview and focus group carried out sought to find out the role of monitors in the school environment, the possible reasons for there to be a turnover of monitors for children with specific needs and whether this issue affects children in any way. For data analysis, two categories were created. The first entitled "Reflections on the vital role of the monitor" discusses the importance of monitors in supporting children with specific needs. The second category named "Monitor turnover: unveiling the whys", addresses monitor turnover in this context, exploring the reasons behind this phenomenon. As a result, this research showed that the monitor plays a crucial role in the education of children with specific needs, and the turnover of these professionals is influenced by several factors, such as better employment opportunities, adaptation and lack of training. The need for ongoing training, support and adaptation to effectively deal with turnover while ensuring the emotional and academic stability of children with specific needs during transitions is emphasized.

Keywords: Monitor. Students with specific needs. Early Years of Elementary School.

SUMÁRIO

1 INICIANDO A TRILHA DO CONHECIMENTO.....	4
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA LONGA CAMINHADA.....	7
2.1 Contexto histórico.....	7
2.2 Traçando novos caminhos: Desvendando as fronteiras entre Educação Especial e Educação Inclusiva.....	12
2.3 A Instituição Escolar e a Inclusão: desafios a serem enfrentados.....	14
2.4 Análise das Políticas Públicas da Educação Inclusiva do Brasil....	17
4.5 Monitor escolar: acompanhamento personalizado para crianças com necessidades específicas.....	20
3 TRAÇANDO CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	25
4 DESVENDANDO DADOS: UMA JORNADA ANALÍTICA.....	29
4.1 Reflexões sobre o papel vital do monitor.....	29
4.2 Rotatividade de monitores: desvendando os porquês.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

A MONITORIA PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS¹ NOS ANOS INICIAIS

1 INICIANDO A TRILHA DO CONHECIMENTO

A inclusão escolar é fundamental ao abordar a educação de crianças com necessidades específicas. Segundo o Relatório de monitoramento Global de Educação da UNESCO (2020), a inclusão escolar vai além das necessidades específicas e engloba a participação significativa de todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, características ou necessidades. Isso visa quebrar barreiras e promover a igualdade de oportunidades, abrangendo diferenças étnicas, culturais, religiosas, socioeconômicas, de gênero e orientação sexual.

O debate sobre inclusão e o direito à educação de qualidade é comum em escolas e universidades, respaldado por leis que garantem a igualdade de oportunidades para todos, sem discriminação. Escolas, famílias e a sociedade têm a responsabilidade de apoiar esse direito, criando condições para que todos os alunos desfrutem de igualdade no aprendizado e desenvolvimento, buscando um ambiente educacional acolhedor e respeitoso.

Diante disso, através deste Trabalho de Conclusão de Curso II, busquei problematizar e pensar sobre a importância da inserção das crianças com necessidades específicas na escola de ensino regular, os desafios enfrentados no fazer pedagógico, bem como, seus direitos na educação, visto que, por vezes, se faz necessário um acompanhamento direto de um profissional. Destaco que apesar de pensarmos na inclusão de todos, sem qualquer tipo de discriminação, a atuação do

¹ No decorrer deste trabalho, o termo "necessidades específicas" é utilizado como uma terminologia mais atual e inclusiva para se referir a um grupo diversificado de indivíduos com diferentes condições, habilidades e requisitos educacionais. No entanto, em algumas solicitações e referências a leis específicas, é inevitável usar termos como "Crianças com deficiência" devido à necessidade de preservação da fidelidade e exatidão das fontes mencionadas. Ressalta-se que a escolha do termo "necessidades específicas" é imposta com o objetivo de promover a inclusão e a sensibilidade às diferenças, refletindo as evoluções conceituais na área da educação inclusiva.

monitor está muito mais voltada à educação especial do que, a um olhar ampliado para a inclusão. Além disso, versei sobre a função e influência desta monitoria no desenvolvimento de aprendizagem do aluno. Portanto, o referido trabalho de pesquisa tem como **tema** “A monitoria para crianças com necessidades específicas nos anos iniciais do ensino fundamental”.

Ciente da importância do olhar individualizado para cada criança, pensando em seu desenvolvimento integral, procurei compreender a partir dessa problemática, as influências e dificuldades que podem surgir com a falta e troca recorrente dos monitores para o aprendizado e a adaptação das crianças com necessidades específicas na escola, bem como para os professores e a turma como um todo. Desta forma, surgiu o seguinte **problema de pesquisa**: “Qual a influência da rotatividade e/ou troca de monitor para crianças com necessidades específicas dos anos iniciais de uma escola da rede particular do Município de Lajeado/RS?”. Como **objetivo geral**, a pesquisa procurou compreender a “influência da rotatividade e/ou troca de monitor para crianças com necessidades específicas dos anos iniciais de uma escola da rede particular do Município de Lajeado/RS”.

Diante do exposto, este projeto tem como **objetivos específicos**: 1. Analisar os direitos das crianças com necessidades específicas na educação, 2. Investigar a importância do monitor para o acompanhamento das crianças com necessidades específicas, 3. Analisar o que gera a rotatividade destes monitores no trabalho com as crianças com necessidades específicas nos anos iniciais do ensino fundamental.

A justificativa da escolha desta temática de pesquisa partiu, inicialmente, de um interesse pessoal, visto que atualmente trabalho com as infâncias, mais especificamente na etapa da Educação Infantil, mas já atuei e realizei estágios não remunerados na etapa dos Anos Iniciais e pude observar uma rotatividade em relação a monitoria na área da inclusão. Busco compreender o que ocasiona a permanência em curto período de tempo destes profissionais, e através disso, questionar essas situações para compreensão do cotidiano das instituições, espaço onde acontece as intervenções e o ensino.

A pesquisa está organizada por capítulos, sendo o primeiro a introdução, nomeada “Iniciando a trilha do conhecimento” que se trata de uma breve

contextualização sobre o tema, problema de pesquisa, objetivos gerais, objetivos específicos, a justificativa da escolha do tema para a realização deste trabalho e a apresentação dos capítulos trabalhados.

O segundo capítulo nomeado “Educação Inclusiva: Uma longa caminhada” está dividido em cinco seções, sendo que a primeira intitulada “Breve contexto histórico”, versa sobre os aspectos históricos da Educação Inclusiva e como surgiu essa abordagem. A segunda seção, intitulada “Traçando novos caminhos: Desvendando as fronteiras entre Educação Especial e Educação Inclusiva” aborda sobre o que é a Educação Especial e o que é a Educação Inclusiva e as diferenças entre elas. A terceira seção, intitulada “A Educação Escolar e a Inclusão: desafios a serem enfrentados” versa sobre a função da escola na perspectiva da Educação Inclusiva e os desafios enfrentados pelas instituições dentro desta abordagem. A quarta seção é denominada “Análise das Políticas Públicas da Educação Inclusiva no Brasil” e aborda sobre os direitos de todos na educação através da análise das Políticas Públicas na Educação Especial no Brasil. E, por fim, a quinta seção versa sobre o “Monitor Escolar Inclusivo: acompanhamento personalizado para crianças com necessidades específicas”, aborda sobre o monitor e/ou profissional que acompanha as crianças com necessidades específicas e a sua influência e importância no desenvolvimento escolar.

O terceiro capítulo: “Traçando o caminho metodológico” trata dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho, que se caracterizou como pesquisa de campo, na qual realizei uma entrevista semi-estruturada de forma presencial, com a coordenadora de uma escola de rede particular do Município de Lajeado/RS e um grupo focal, via Google Meet, com cinco monitoras desta mesma escola.

O quarto capítulo: “Desvendando dados: Uma jornada analítica” se trata de uma análise da entrevista com a coordenação da instituição e do grupo focal realizado com as monitoras do colégio. O capítulo está dividido em duas seções que abordam a importância dos monitores na educação inclusiva e as razões para a rotatividade de monitores. Por fim, no quinto capítulo intitulado “Considerações

finais” se trata de uma reflexão final, trazendo descobertas e aprendizados a partir da realização de toda a pesquisa realizada.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA LONGA CAMINHADA

Pensar a Educação Especial para uma abordagem mais inclusiva é um tema crucial. No passado, as pessoas com necessidades específicas eram segregadas, mas no início do novo milênio, uma filosofia de inclusão surgiu na sociedade ocidental, ampliando as oportunidades de participação na educação regular e substituindo o modelo anterior de exclusão.

Portanto este se trata de um capítulo teórico dividido em três seções, sendo que a primeira trata de alguns aspectos históricos da educação inclusiva e de como essa abordagem se deu. Para entender melhor como evoluiu o processo desde a educação especial até a inclusão, apresentarei um breve histórico apoiado em Misés (1997), Bueno (1993), Jimenéz (1993), Mazzota (1996), Correia (1997), Mendes (2002), UNESCO (1994), Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases (1996).

A segunda seção abordará sobre a Educação Especial e a Educação Inclusiva, definindo suas características e as diferenças, baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Bueno (1993), Fortunato (1997), Mrech (1998), Stobäus e Mosquera (2006) e no Ministério da Educação (MS).

E por fim, a terceira seção irá abordar sobre a Instituição Escolar e a Educação Inclusiva explanando a função da escola na perspectiva da Educação Inclusiva e os desafios enfrentados pelas instituições dentro desta abordagem, a partir de um olhar sensível e atento de Beyer (2006), Bueno (1999) e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

2.1 Contexto histórico

Ao longo da história, políticas extremas de exclusão foram implementadas contra crianças com necessidades específicas. Em Esparta e Roma, elas eram

submetidas a tratamentos desumanos, sendo abandonadas nas montanhas e jogadas nos rios, respectivamente. Os registros históricos confirmam a longa resistência à aceitação social das pessoas com deficiência, revelando a ameaça constante em suas vidas. Durante o período romano, no início da era cristã, essa realidade se destacou, conforme expresso por Misés:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (Misés, 1997, p. 14).

Ou seja, no passado, pessoas nascidas com necessidades específicas eram segregadas e excluídas da interação social, com suas "diferenças" vistas como maldições, destinos, marcas demoníacas e crenças de todos os tipos.

Segundo Jimenéz (1993), no final do século XVIII e início do XIX, nos países escandinavos e na América do Norte, ocorreu o início da Institucionalização especializada das pessoas com deficiências, dando origem à Educação Especial. A sociedade passou a reconhecer a importância de cuidar dessas pessoas, embora com foco maior na assistência do que na educação. Os centros de atendimento foram capazes de oferecer atendimento às pessoas com deficiências, servindo como uma forma de proteção para a sociedade contra o contato com indivíduos considerados "anormais".

Com isso, iniciou-se o período conhecido como "segregação", que, de acordo com Correia (1997), marcou o início das escolas especiais, que tinham como objetivo separar e isolar as crianças do grupo principal da sociedade, como forma de mostrar um esforço na solução de problemas, pois tinham a idéia de que assim era melhor para elas.

De acordo com Bueno (1993), no final de 1854, a Educação Especial no Brasil caracterizou-se pela fundação do Instituto Nacional de Meninos Cegos e do Instituto Surdos-Mudos no Rio de Janeiro. No mesmo período, em São Paulo, iniciou-se o atendimento de deficientes mentais que na época não podiam frequentar as escolas de classes regulares para não comprometer o bom andamento da turma.

Ainda em 1854 as pessoas portadoras de necessidades específicas de qualquer natureza física, mental, ou sensorial, eram excluídas da família e da sociedade, sendo acolhidos em instituições de cunho filantrópico e ou religioso e até mesmo em asilos. Na grande maioria dos casos, esses indivíduos passavam sua vida toda nesses lugares sem receber qualquer tipo de atendimento voltado às suas necessidades.

Nos anos de 1854 a 1956, gradualmente, foram surgindo algumas escolas especiais privadas que ofereciam atendimento clínico especializado. Durante esse mesmo período a sociedade passou a compreender que os indivíduos portadores de necessidades específicas poderiam ser produtivos, e aos poucos começou-se a pensar na educação desses indivíduos.

Na década de 1970, ocorreu uma mudança filosófica em relação à educação integrada, de acordo com Mendes (2002). Nesse período, as escolas comuns passaram a aceitar a ideia de incorporar alunos com necessidades específicas em classes comuns ou, no mínimo, em classes especiais ou salas de recursos, proporcionando ambientes menos restritivos para esses alunos.

Segundo Bueno (1993), na década de 80, se teve alguns avanços importantes, como por exemplo, em 1986, o termo "excepcional" foi substituído por portadores de necessidades especiais ou deficiências. Em 1988, a Constituição Federal garantiu os direitos das pessoas com deficiência e isso foi complementado pela Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que incluiu, entre outras coisas, o direito à educação e à socialização.

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, a partir da qual se estabeleceram os primeiros ensaios da política de educação inclusiva.

De acordo com a UNESCO (1994), houve uma evolução significativa na forma como a Educação Especial é conceituada nos últimos anos, desenvolvida em abordagens educacionais inovadoras que estão sendo implementadas em várias regiões do mundo.

Falar de necessidades educacionais especiais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades do/a aluno/a, já que,

neste enfoque, entende-se que as dificuldades para aprender têm caráter interativo e dependem não apenas das limitações dos/as alunos/as, mas também da condição educacional que lhe é oferecida (UNESCO, 1994, p. 40).

Assim, o conceito de educação inclusiva substituiu definitivamente o conceito de educação especial com base na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que ampliou o conceito da necessidade de incluir alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular, onde o princípio é a educação para todos.

Em 1996, a Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) lançou e priorizou a educação inclusiva nas escolas de ensino regular do país, dando origem ao movimento escolar inclusivo.

Desde a Declaração de Salamanca, o direito à educação para todos se difundiu por todo o país. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 fundamentam-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ter oportunidades iguais de aprender e desenvolver suas competências, habilidades e potencialidades de independência social, e integrar-se plenamente na sociedade.

A história da Educação Especial à Educação Inclusiva, tem sido e ainda vem sendo contada através de documentos institucionais, legislação e outras formas de registros escritos. Os autores Bueno (1993) e Mazzota (1996) contribuíram muito para o entendimento do lugar das pessoas com necessidades específicas na história da sociedade Brasileira.

A partir dos estudos realizados podemos constatar a seguir uma breve linha do tempo contendo alguns marcos e os avanços na história da Educação Especial até começar-se a pensar em Educação Inclusiva.

- 1854: Dom Pedro II fundou o Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, porém não há preocupação nenhuma com a aprendizagem desses indivíduos.
- 1948: foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo o direito de TODOS na educação.
- 1954: fundação da primeira Associação de Pais e Amigos (APAE), na qual a educação especial surge como alternativa à escola regular.

- 1961: proclamação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), garantindo o direito da criança com deficiência à Educação preferencialmente na escola regular de ensino.
- 1988: a Constituição estipula igualdade de acesso à escola. O estado deve oferecer atendimento especializado, preferencialmente na rede regular.
- 1989: foi aprovada a lei nº 7853/89 que criminaliza o preconceito. Esta lei entrou em vigor apenas em 1999.
- 1990: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis matriculem seus filhos em escolas de ensino público.
- 1996: A Lei de Diretrizes e Bases atribui às redes educativas o dever de garantir que o currículo, os métodos, as ferramentas e a organização vão ao encontro das necessidades dos alunos.
- 2001: A Resolução CNE/CEB 2 anuncia a criminalização da recusa em matricular crianças com deficiência nas escolas, o que aumenta o número dessas crianças no ensino regular.
- 2006: foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a convenção que estabelece que pessoas com deficiência devem ter acesso à educação inclusiva.
- 2008: A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define que todos devem ter acesso e estudar em escola regular. Isso se confirmou em 2008, quando o Brasil ratificou a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, da ONU, fazendo da forma da norma parte da legislação nacional.

Quando se diz que “a educação é um direito de todos”, deve-se entender que a educação se baseia na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo independente de fatores físicos e psicológicos. Nessa perspectiva, pensamos na inclusão, onde todos têm os mesmos direitos e responsabilidades, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e todas as potencialidades.

Contudo, observou-se que a Educação Especial no Brasil passou por várias reformas legislativas e políticas durante esses longos anos, mas recursos insuficientes foram destinados à Educação Inclusiva, como instituições especiais, escolas para cegos ou escolas que atendem pessoas com deficiência intelectual, física, auditiva, entre outras.

2.2 Traçando novos caminhos: Desvendando as fronteiras entre Educação Especial e Educação Inclusiva.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “entende-se por **educação especial**, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (redação dada pela Lei nº 12.796/2013, art. 58, que alterou a Lei nº 9.394/1996 – LDB). Ou seja, todo aluno com deficiência ou outra condição prevista na LDB deve ter acesso à educação regular desde a educação infantil. Por isso, a lei exige que as escolas disponham de recursos que facilitem o ensino e a aprendizagem desses alunos.

Destaco ainda que, além das escolas de ensino comum, se encontram Instituições de ensino especializadas para atenderem pessoas cegas ou surdas que contam com uma abordagem educacional específica. Neste sentido, cada instituição possui o seu método de ensino para suprir e acolher as necessidades dos alunos.

A educação especial tem grande importância na sociedade e visa garantir a igualdade para que essas pessoas exerçam a cidadania plena e tenham acesso à informação e ao conhecimento.

A Educação Especial tem cumprido na sociedade duplo papel, o de complementaridade da educação regular, atendendo de um lado a democratização do ensino, na medida em que responde às necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares do ensino; do outro, responde ao processo de segregação legitimando a ação seletiva da escola regular (Bueno, 1993, p.23).

Segundo Fortunato (1997), é essencial revelar os verdadeiros papéis que a educação especial tem desempenhado em nossa sociedade, especialmente em uma política de atendimento ao deficiente. Muitas vezes, essa educação tem sido utilizada predominantemente para manter a população deficiente em um estado de assistencialismo, o que é oposto ao direito ao exercício pleno da cidadania.

Ainda, novas ideias, pensamentos e expressões foram surgindo, que buscam um novo entendimento a respeito de situações, procurando construir uma sociedade melhor, mais justa e igualitária, originando um processo de inclusão e uma educação inclusiva. Tal processo pode transmitir uma revolução na educação e o possível surgimento de uma escola diversificada, comunitária, solidária e democrática, acolhendo as crianças e alcançando aspectos pertinentes à inclusão.

De acordo com o projeto DIVERSA, desenvolvido pelo Instituto Rodrigo Mendes (IRM) em colaboração com o Ministério da Educação (MS), a **educação inclusiva** pode ser entendida como um conceito educacional moderno, que visa garantir o direito de todos à educação. Isso requer oportunidades iguais e uma avaliação das diferenças entre as pessoas, onde consideramos as diferenças étnicas, sociais, culturais, espirituais, físicas, sensoriais e de gênero das pessoas. Ou seja, significa mudar a cultura, as práticas e as formas de trabalhar nas escolas e nos sistemas educacionais, para garantir acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem inclusiva para todos.

A educação inclusiva é um modelo educacional que visa garantir, dentre outros, a frequência escolar e a aprendizagem, independentemente de o aluno ter uma deficiência ou não. Sendo assim, todos, desde a educação infantil até a universidade, participam do ensino e da aprendizagem no mesmo ambiente.

Mrech define a Educação Inclusiva como:

O processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus níveis, da pré-escola ao quarto grau. Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional (Mrech, 1998, p. 37).

A escola inclusiva tem como característica educar os alunos do sistema escolar. Proporciona programas educacionais adaptados pensando nas

necessidades dos alunos e apoiando-os em uma integração bem-sucedida. Reitero que, a inclusão no Brasil refere-se à inclusão social, isto é, o direito de todas as crianças à cidadania. Portanto, o principal objetivo da educação inclusiva é respeitar e valorizar a diversidade e heterogeneidade dos alunos, promovendo a igualdade de oportunidades, mesmo que a aprendizagem seja individual e única para todos.

Desta forma, podemos notar que a principal diferença entre educação especial e inclusiva é que, enquanto a primeira possui um público limitado e direcionado para pessoas com deficiência, o segundo reconhece que todos são desiguais no ambiente escolar e todos aprendem juntos.

Os alunos com deficiência, na política da escola especial, devem participar do ensino e da aprendizagem separadamente dos demais alunos. Porém, o objetivo da educação inclusiva é desenvolver e estimular a autonomia na integração com outras turmas e alunos.

2.3 A Instituição Escolar e a Inclusão: desafios a serem enfrentados

Muitas crianças com necessidades educacionais específicas frequentam escolas regulares, graças a marcos legais como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases, a Carta de Salamanca e campanhas de conscientização. No entanto, tanto crianças com necessidades específicas quanto aquelas com outras características diversas, como raça, gênero, origens étnicas e religiosas, frequentemente enfrentam desafios na inclusão, uma vez que muitos professores e escolas não se sentem preparados para acomodar essa diversidade. Como resultado, embora tenham o direito garantido por lei de frequentar escolas regulares, muitas vezes, essas crianças permanecem segregadas dentro das salas de aula, representando um obstáculo significativo para a Educação Inclusiva e a busca por uma educação de qualidade para todos os indivíduos.

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos das classes escolares, capaz de atender os alunos cujas situações pessoais características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas (Beyer, 2006, p. 76).

De acordo com Beyer (2006), pessoas com necessidades específicas destacam o sentimento de rejeição como o principal desafio na inclusão, seja de forma explícita ou mascarada como tolerância. Além disso, a falta de clareza sobre o significado da inclusão é outro desafio, devido a equívocos e omissões existentes. É crucial promover uma ampla divulgação do conceito de educação inclusiva, a fim de que a sociedade adquira conhecimento e supere ideias preconceituosas.

Um dos desafios mais visíveis na busca pela inclusão dentro das instituições escolares diz respeito às barreiras físicas e arquitetônicas. Muitas escolas ainda carecem de infraestrutura adequada para acomodar alunos com mobilidade reduzida, como rampas de acesso, banheiros adaptados, computadores específicos e individualizados e móveis adequados para atender às necessidades educacionais de cada criança.

A falta de recursos e apoio especializado é outro obstáculo à inclusão. Alunos com necessidades educacionais específicas podem exigir recursos adicionais, como professores de apoio, intérpretes de língua de sinais, materiais adaptados e tecnologias assistivas. A falta desses recursos pode comprometer a qualidade da educação oferecida a esses alunos e sua participação plena nas atividades escolares.

Outro desafio importante está relacionado às atitudes e conscientização dentro das escolas. A inclusão não se resume apenas à adaptação de espaços físicos, e nem a crianças com necessidades educacionais específicas, é também à promoção de uma cultura inclusiva que valoriza a diversidade, afinal como já mencionado anteriormente a inclusão abrange outras características, como raça, gênero, origens étnicas, sociais e religiosas, entre outras. Portanto é necessário combater estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias que possam existir no ambiente escolar. Os educadores desempenham um papel fundamental nesse processo, pois podem influenciar positivamente a atitude dos alunos e colaborar para a construção de um ambiente inclusivo.

Bueno (1999) destaca que um ensino de qualidade para crianças com necessidades específicas, dentro da perspectiva da educação inclusiva, requer dois tipos de formação profissional docente. O primeiro grupo é composto por

professores "generalistas" do ensino regular, que devem ter conhecimento básico e prático para lidar com alunos diversos. O segundo grupo é formado por professores "especialistas" nas diferentes necessidades educacionais especiais, que fornecem apoio direto aos alunos e auxiliam os professores regulares que os incluem em suas turmas. Em suma, uma educação inclusiva de qualidade exige a colaboração entre os professores generalistas e especialistas para atender às necessidades dos alunos com deficiências e garantir sua inclusão.

A adequação do currículo e das metodologias de ensino é outro desafio relevante. Cada aluno é único e tem necessidades específicas de aprendizagem. Portanto, é fundamental que uma instituição escolar seja capaz de adaptar algumas de suas práticas pedagógicas para atender essas necessidades de forma individualizada. Isso requer uma abordagem flexível e a capacitação dos professores para lidar com a diversidade de maneira eficaz. Hoje em dia, também já contamos com uma abordagem diferenciada, que é a abordagem do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) que se trata de um modelo prático que visa ampliar as oportunidades de desenvolvimento de cada aluno por meio de planejamento pedagógico contínuo, somado ao uso de mídias digitais. Os autores construíram seu modelo com base em extensas pesquisas sobre o cérebro humano.

De acordo com a plataforma digital Diversa, o DUA busca criar objetivos educacionais, métodos, materiais e avaliações que se adequem a todos os estudantes, oferecendo uma abordagem flexível e personalizável, em contraste com soluções únicas. Essa abordagem visa permitir que todos os alunos, independentemente de suas características e estilos de aprendizagem, tenham condições iguais de aprendizado. Assim, capacita os educadores a desenvolver ou escolher estratégias pedagógicas inclusivas.

Para melhorar a qualidade da educação, precisamos enfrentar barreiras e buscar novas formas de atender e acolher a diversidade dos alunos. Essa proposta de educação inclusiva tem como base a Base Nacional Comum (LDB) e defende a educação indisciplinada.

A inclusão precisa garantir que todos os alunos, independentemente das suas características individuais, tenham igual acesso a uma educação de qualidade.

Acredito que muitas escolas não estão preparadas e apoiadas para uma educação aberta às diferenças devido à falta de uma estrutura flexível e inclusiva. Esse modelo tradicional de ensino tende a apoiar apenas um tipo de aluno, aquele que se enquadra nos padrões convencionais.

A educação é um processo contínuo de adaptação e transformação. A superação desses desafios exige o comprometimento de toda a comunidade escolar. A promoção de uma cultura inclusiva, a adaptação de infraestruturas e práticas pedagógicas e o investimento em recursos adequados são passos cruciais para garantir que uma instituição escolar responda verdadeiramente às necessidades e potencialidades de todos os alunos.

2.4 Análise das Políticas Públicas da Educação Inclusiva do Brasil

Este capítulo teórico se trata de uma breve análise das Políticas Públicas na Educação Inclusiva do Brasil. Para isso, foram analisadas: A declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva, a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, para iniciar, na década de 1988 a Constituição Federal estabelece como um de seus objetivos fundamentais a promoção de uma educação sem preconceito de raça, sexo, origem, idade ou qualquer forma de discriminação. Isso está explicitado no artigo 3º, inciso IV.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, com o objetivo de promover seu pleno desenvolvimento, participação na sociedade e preparação para o mercado de trabalho.

O artigo 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, reitera a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis de matricular seus filhos na escola regular.

Na década de 1990, o Brasil adotou a estratégia de "desmontar" as classes e escolas especiais, inspirado por práticas adotadas em outros países. Porém, essa

medida derivou-se de consideráveis controvérsias e conflitos em todo o país. Os professores passaram a enfrentar dificuldades em trabalhar com alunos com deficiência, alegando a falta de preparo e escassez de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional.

A Declaração de Salamanca, desde 1994, tem exercido um papel crucial como um documento-guia abrangente que expõe princípios, políticas e práticas relacionadas à Educação Especial. Seu objetivo principal é promover a inclusão e proporcionar uma visão ampla desse conceito. A partir dessa declaração, reconhecemos a importância de preparar tanto os indivíduos e profissionais, quanto a sociedade como um todo para se adaptarem e promoverem igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

O artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/96 estabelece que os sistemas de ensino devem oferecer aos alunos currículos, métodos e recursos que atendam às suas necessidades.

Com as mudanças nesse processo, as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, estabelecidas pela resolução CNE/CEB nº 2/2001, em seu 2º artigo, afirma que "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando, as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". (MEC/SEESP, 2001).

No ano de 2008, foi inserida a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com propósito de garantir a participação de alunos com deficiência no ambiente escolar. Essa política é orientada a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e seu objetivo é orientar os sistemas educacionais a oferecerem o acesso de pessoas com deficiência à educação regular, proporcionando o apoio educacional especializado e capacitando os professores para atendê-los de maneira mais eficaz.

Uma das principais iniciativas nesse campo foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que distribuiu as bases legais para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Essa lei,

posteriormente complementada pelo Decreto nº 7.611/2011, reforça o direito à educação inclusiva e estabelece a necessidade de adaptação da infraestrutura escolar, dos currículos e das práticas pedagógicas para atender às diferentes necessidades dos alunos.

O Decreto nº 7.611/2011 estabelece diretrizes para o atendimento educacional especializado oferecido pelo sistema de ensino público e outras instituições. De acordo com a legislação brasileira e a Convenção da ONU, é dever do Estado garantir uma educação inclusiva em todos os níveis, sem discriminação, oferecendo atendimento especializado quando necessário. Vale ressaltar que o financiamento desse atendimento é previsto pelo FUNDEB, que destina recursos para a educação básica, incluindo serviços especializados para pessoas com deficiência.

Assim, é importante destacar que o Estado brasileiro deve assegurar uma educação inclusiva para pessoas com deficiência, seguindo a Convenção da ONU e a legislação nacional. Isso abrange o oferecimento de atendimento especializado e o financiamento adequado para sua implementação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), estabelece que a educação especial é uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Isso significa que a inclusão escolar deve ser iniciada desde a educação infantil, proporcionando às crianças com deficiência ou necessidades educacionais especiais as bases necessárias para a construção do conhecimento e o seu pleno desenvolvimento.

Atualmente, observamos um aumento de jovens ingressando em universidades públicas. Além disso, tanto órgãos públicos quanto privados têm se tornado mais acessíveis arquitetonicamente para pessoas com deficiências. Além disso, as escolas públicas de ensino regular também estão sendo mais procuradas por esses jovens, devido às melhorias em sua estrutura e organização, mas ainda não alcançamos o ideal para a proposta de Educação inclusiva.

Apesar de existirem todas essas Leis, Programas e Decretos que garantem e afirmam os direitos das pessoas com deficiência na escola de ensino regular, nem sempre é possível colocar em prática tudo que é estipulado, isso acontece por falta de recursos. Portanto, podemos notar que a garantia presente nos discursos oficiais, muitas vezes, não se materializa na prática e no cotidiano das instituições.

Em resumo, as políticas públicas de educação inclusiva no Brasil representam um avanço importante na garantia do direito à educação para todos os cidadãos. No entanto, para que essas políticas sejam inovadoras e tragam resultados significativos, é necessário um compromisso contínuo com a melhoria da infraestrutura escolar, a formação de professores, a disponibilidade de recursos exclusivos e a promoção de uma cultura nas escolas. A inclusão na educação não é apenas uma questão de cumprimento da lei, mas uma oportunidade de promover a igualdade e o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

4.5 Monitor escolar: acompanhamento personalizado para crianças com necessidades específicas

Este é um capítulo teórico que tem por finalidade provocar pensamentos e reflexões sobre o conceito e função do monitor para as crianças com necessidades específicas segundo alguns documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases (1996), o Conselho Nacional de Educação (2001), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (2008), as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009), as Normas da Educação Inclusiva, a Lei Berenice Piana (2012) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

O monitor de inclusão é um profissional cada vez mais marcante e presente nas escolas pois atende à necessidade crescente de apoio às crianças com necessidades específicas no ambiente escolar. Este profissional pode receber o nome de apoio pedagógico, auxiliar de ensino, estagiário de inclusão, mediador, profissional de apoio, monitor de inclusão, entre outros.

A atuação do monitor escolar é primordial para promover o avanço da aprendizagem e o desempenho de uma criança com necessidades específicas. Reconhece-se que é importante garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário e oportunidades educacionais, visando suas habilidades, características ou condições específicas.

Algumas mudanças no atendimento às crianças partiram da criação de uma lei instituída no final dos anos 80. Neste período, começou-se a perceber que, para educar as crianças, precisava-se de profissionais como o professor para atuar nessa área.

A partir da década de 1990, a defesa da educação como direito de todos é marcada pelo surgimento de documentos legais e normativos. A presença do profissional monitor de apoio já é mencionada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 939.496 ao considerar a necessidade de serviços de apoio especializado na escola regular, para o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução CNE/CEB 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, traz em seu artigo 8º, inciso IV, o serviço de apoio pedagógico especializado, mediante "disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação" (Brasil, 2001).

Em 2008, por meio da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, o profissional de apoio passou a ser definido como "monitor ou cuidador de alunos que necessitam de apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar" (Brasil, 2008). Neste documento consta também o dever da escola em oferecer e oportunizar as funções de intérprete e tradutor de Libras.

A Resolução nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, apresenta no art. 10, inciso VI, que a oferta do Atendimento Educacional Especializado deve ser previsto no projeto pedagógico das escolas regulares e prever na sua organização "outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio,

principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção” (BRASIL, 2009). Ainda no art. 10 desta resolução, consta que esses profissionais "atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários" (Brasil, 2009). Podemos notar que nesses documentos, a ação do monitor está voltada para as atividades de apoio à higiene, à locomoção, alimentação e em outras atividades necessárias.

As funções deste profissional são indefinidas nos documentos políticos que norteiam a educação especial. Na tentativa de garantir as condições necessárias para o pleno acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, outro documento entra em vigor no ano de 2010. A Nota Técnica SEESP/GAB no 19/2010 apresenta os marcos legais, políticos e pedagógicos da educação especial e dispõe que:

Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para a promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção (Brasil, 2010, p. 01)

Destaca-se que este é o primeiro documento que institui o termo “profissional de apoio”. Nos documentos anteriores, foram atribuídas várias nomenclaturas a esse profissional, tais como: profissionais da educação, apoio pedagógico especializado e apoio especializado. Na Nota Técnica se reafirma também o cuidado e a monitoria que estes profissionais devem dedicar aos alunos da Educação Especial como “auxílio individualizado aos alunos que não realizam as atividades de alimentação, higiene e locomoção com independência” (Brasil, 2010, p.01).

Em 2012 foi aprovada a Lei no 12.764 (Berenice Piana), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. No art. 3o da Lei no 12.764, parágrafo único, afirma-se que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2o, terá direito a acompanhante especializado”, (Brasil, 2012, p. 01). Este documento não deixa claro

quem é esse acompanhante no que se refere a sua formação e função no contexto escolar.

No ano de 2015, passa a vigorar um novo documento, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Lei nº 13.146/2015) que visa a inclusão social e a cidadania das pessoas com deficiência, assegurando a inclusão e igualdade de direitos das pessoas com deficiência. O monitor é responsável por auxiliar o estudante com deficiência em atividades como alimentação, higiene e locomoção, além de atuar em todas as atividades escolares necessárias em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto em instituições públicas como privadas. O objetivo é fornecer e proporcionar um suporte individualizado, promovendo a participação plena do aluno com deficiência, garantindo sua inclusão.

O cuidador escolar, referido como monitor nessa monografia, torna-se essencial para garantir que as crianças recebam o apoio adequado para o seu desenvolvimento e aprendizagem. O profissional de apoio pode ser definido a partir de várias nomenclaturas, incluindo acompanhantes, monitores ou cuidadores. Eles são especializados em oferecer serviços de suporte e assistência.

De fato, a atuação desses profissionais é imprescindível para a efetiva inclusão dos estudantes com deficiência no sistema educacional regular e para sua autonomia no ambiente escolar, especialmente para aquelas pessoas com deficiências de grau moderado a severo. Via de regra, esses profissionais são contratados pelos sistemas de ensino por concurso público, tendo como requisito para o exercício do cargo apenas a conclusão do ensino médio (Brasil, 2016).

A Câmara dos deputados aprovou, no dia 31 de outubro de 2023, um novo Projeto de Lei 4050/23 que torna obrigatória a oferta de profissionais de apoio escolar para estudantes da educação especial. Esta proposta ainda será enviada ao Senado, mas de acordo com o Projeto de Lei, o profissional de apoio escolar será responsável por atividades como alimentação, higiene e locomoção de estudantes com deficiência, atuando em todas as atividades escolares necessárias, em instituições públicas e privadas. Sua presença será declarada após avaliação pedagógica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Quanto à formação do profissional de apoio escolar, o projeto prevê a necessidade de um curso ou treinamento abordando temas como educação inclusiva e apoio escolar específico para cada público-alvo. Além disso, a pessoa deve receber instrução específica do professor de atendimento educacional especializado sobre o caso ou casos com os quais irá trabalhar, sem substituir as atividades desse profissional ou as de escolarização.

A proposta do Projeto define atribuições ao profissional de apoio escolar:

- facilitar a comunicação entre o aluno e os professores, os pais, a direção escolar e seus colegas;
- auxiliar em atividades de alimentação, higiene, locomoção e autorregulação;
- oferecer suporte na interação social em ambiente escolar;
- combater situações de discriminação;
- avaliar continuamente os alunos sob sua responsabilidade;
- estar preparado para atuar em situações de crise e prestar primeiros socorros quando necessários;
- atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário o seu apoio;
- manter sigilo sobre os fatos de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua atividade (Agência da Câmara de Notícias, 2023).

A importância destes profissionais é grande, visto que além de auxiliar na higiene, nutrição e mobilidade das crianças com necessidades específicas, eles também desempenham um papel importante na orientação desses alunos nas situações de sala de aula, conforme se faz necessário.

No entanto, percebe-se que estes profissionais vão deixando de querer trabalhar nesta função pelo quadro de desvalorização diante da falta de condições salariais e trabalhistas mais promissoras, e outras vezes até por falta de uma formação específica, para se ter um conhecimento maior para lidar com as especificidades e individualidades dos alunos com necessidades especiais.

Mas pensando na atualidade, na grande maioria das instituições, o monitor é aquele que atua juntamente com o professor titular na sala de aula, auxiliando o aluno, quando necessário, em suas atividades que podem ser tanto de higiene, locomoção e alimentação como nas atividades e situações de aprendizagem propostas pela professora titular.

Em muitos casos também existe a judicialização de monitores para alunos com necessidades específicas, que se refere a um processo no qual os pais ou responsáveis recorrem ao sistema judiciário para garantir que seus filhos tenham acompanhamento de monitor em sala de aula.

Esse processo envolve entrar com uma ação legal contra a instituição escolar e pode ser um processo demorado, mas em muitos casos, a intervenção judicial é a única maneira de garantir que os direitos educacionais dos alunos com necessidades específicas sejam respeitados e garantidos.

Desta forma, pretendo, em meu Trabalho de conclusão de curso II, complementar e concluir este estudo sobre o monitor que acompanha alunos com necessidades especiais, e procurar compreender melhor sua função, o motivo pelo qual podemos notar uma rotatividade desses profissionais para e no acompanhamento destes alunos, como e quanto a rotatividade desses profissionais de apoio pode influenciar no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos.

3 TRAÇANDO CAMINHOS METODOLÓGICOS

O objetivo da investigação que apresento no desenvolvimento deste trabalho buscou analisar e problematizar a influência da rotatividade e/ou troca de monitor para crianças com necessidades específicas nos Anos Iniciais, compreendendo desta forma, as influências e dificuldades que podem surgir com essa falta e troca recorrente dos monitores para o aprendizado e adaptação dessas crianças na escola.

Com relação à abordagem deste estudo é possível descrevê-la como qualitativa, pois, “Na pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações” (Triviños, 1987, p. 131).

Em uma pesquisa qualitativa são abordados temas que não podem ser quantificados em equações e estatísticas, mas estudam-se os símbolos, as crenças, os valores e as relações humanas de um determinado grupo social. Ou seja, exige

um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade que a pertence.

De acordo com Chemin (2012) a pesquisa qualitativa tem o objetivo de investigar valores, atitudes, percepções e motivações a partir de um problema. Além disso, essa pesquisa não tem o objetivo de quantificar os dados, mas sim qualificá-los, problematizá-los e compreendê-los em sua profundidade. A pesquisa qualitativa busca auxiliar na compreensão das ações dos sujeitos investigados, “[...] por exemplo, parte da sua vida diária, sua satisfação, desapontamentos, surpresas, emoções, sentimentos, desejos [...]” (Chemin, 2012, p. 56).

Portanto, considerando isso, foi realizada uma pesquisa de campo. Ou seja, a pesquisa de campo visou observar fatos e fenômenos da forma como realmente acontecem e ocorrem no cotidiano por meio da coleta de dados. Posteriormente, esses dados coletados foram analisados e interpretados também baseando-se em uma fundamentação teórica sólida e bem fundamentada.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (Gonsalves, 2001, p. 67).

A pesquisa de campo foi realizada em uma instituição de rede particular do Município de Lajeado/RS. Inicialmente entreguei para a diretora da escola uma Carta de Apresentação (APÊNDICE A) que foi devidamente assinada, e a partir da qual, tive a autorização para realização da pesquisa. Após recolher a assinatura da diretora, conversei com a coordenadora da etapa dos Anos Iniciais da escola que após o meu convite para a sua participação na pesquisa, prontamente aceitou e se colocou à disposição para o que eu precisasse. Desta forma, entreguei a ela o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) que me autorizava a realizar parte da pesquisa com ela, bem como a autorização para a gravação do momento.

Como instrumento metodológico foi realizada uma entrevista semiestruturada, de forma presencial, contendo 4 perguntas (APÊNDICE C) para a coordenadora da etapa dos anos iniciais da instituição. Este momento teve durabilidade de 15 a 20

minutos e foi gravado com a devida autorização do documento assinado pela participante.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Triviños, 1987, p. 152).

No dia da entrevista descobri que atualmente a instituição conta com, em média, 20 monitores na etapa dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) que estão divididos entre as turmas que possuem alunos com necessidades específicas. Após finalizar a entrevista, questioneei a coordenadora sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa com alguns monitores, e ela logo me autorizou e disse que faria a seleção de 7 monitores tentando contemplar pelo menos um de cada turma/série.

Como segundo instrumento metodológico, foi realizado um grupo focal com os monitores selecionados pela coordenadora da instituição. Foi entregue antecipadamente aos participantes, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). O momento foi agendado em uma data e horário conforme as disponibilidades dos participantes, a fim de encontrar soluções e respostas sobre e para o referente tema e problema de pesquisa de uma forma aprofundada.

Para este grupo focal, foi elaborado um roteiro semiestruturado, tendo como base três perguntas disparadoras para o debate (APÊNDICE D). O momento do grupo focal ocorreu de forma online, por meio da plataforma do Google Meet e teve duração de, aproximadamente, 30 minutos. Porém, duas participantes não puderam se fazer presentes, e assim, a conversa transcorreu com cinco participantes.

Dal'Igna (2012) apresenta algumas contribuições relevantes que corroboram com essa proposta do grupo focal, sugerindo que esse tipo de produção de dados evidencia com mais clareza o ponto de vista das pessoas participantes. A autora ressalta os valores sobre grupo focal, pela possibilidade de observação que o pesquisador tem de acompanhar como os participantes lidam com determinadas situações tidas como foco das discussões no grupo, além de inseri-lo no campo das

análises de situações, imagens e ações que potencializam e enriquecem o entendimento dos dados produzidos.

Na concepção de Vaughn et al. (1996), que utilizaram essa técnica em pesquisas na área educacional, a entrevista de grupo focal é uma técnica qualitativa que pode ser usada sozinha ou com outras técnicas qualitativas ou quantitativas para aprofundar o conhecimento das necessidades de usuários e clientes.

O principal objetivo do grupo focal foi identificar sentimentos, atitudes, ideias e percepções dos participantes a respeito do tema e do problema de pesquisa do referido Trabalho de Conclusão de Curso II.

A partir do grupo focal e da entrevista realizada com a coordenadora, pude desenvolver a produção de informações a partir da leitura de artigos e análise de ideias e reflexões feitas pelos monitores e pela coordenadora, referente ao tema. Para esta escolha, cabe destacar, que desde o início do estudo até os resultados esperados, foi trabalhado com trocas de relatos, em que, a partir do relato das experiências que atuam diariamente neste âmbito, obtive um valioso suporte para que esta investigação fosse coerente. Me possibilitou pensar, problematizar e questionar as situações que permearam as minhas dúvidas durante a fase de construção deste trabalho.

Sendo assim, a proposta para alcançar os objetivos específicos propostos, foi organizada da seguinte maneira:

OBJETIVO ESPECÍFICO	COMO REALIZEI ESTA INVESTIGAÇÃO?
1. Analisar os direitos das crianças com necessidades específicas na educação.	Essa investigação foi realizada por meio de pesquisas, análises bibliográficas e estudo da legislação vigente.
2. Investigar a importância do monitor para o acompanhamento das crianças com necessidades específicas.	Realizei essa investigação por meio de pesquisas, análises bibliográficas e posteriormente através da análise da entrevista realizada com a coordenadora e do grupo focal realizado com 5 monitoras, ambos participantes de uma instituição da rede particular do Município de Lajeado/RS.
3. Analisar o que ocasiona e o que gera a rotatividade destes monitores no trabalho com as crianças com necessidades específicas nos anos iniciais do ensino fundamental.	Esta investigação foi realizada através da entrevista realizada com a coordenadora e do grupo focal realizado com 5 monitoras, ambos participantes de uma instituição da rede particular do Município de Lajeado/RS.

4 DESVENDANDO DADOS: UMA JORNADA ANALÍTICA

O presente capítulo é analítico e foi dividido em duas seções, sendo a primeira seção: "Reflexões sobre o papel vital do monitor" se trata de uma análise sobre a importância dos monitores no acompanhamento de crianças com necessidades específicas, com base na entrevista com a coordenação e o grupo focal com alguns monitores da instituição em que foi realizada a pesquisa de campo.

A segunda seção nomeada: "Rotatividade de monitores: desvendando os porquês", é uma análise realizada a partir da entrevista com a coordenadora e o grupo focal realizado com os monitores sobre os motivos e o que ocasiona e gera a rotatividade de monitores no trabalho com as crianças com necessidades específicas nos anos iniciais do ensino fundamental.

4.1 Reflexões sobre o papel vital do monitor

Para conseguir atingir o segundo objetivo da pesquisa que trata de investigar e compreender a importância do monitor para o acompanhamento das crianças com necessidades específicas, foi realizado um grupo focal com cinco monitores atuantes em uma instituição da rede particular de ensino do município de Lajeado/RS. A partir da conversa realizada no momento do grupo focal com esses profissionais, foi possível identificar a importância dos mesmos no acompanhamento de crianças com necessidades específicas, levando em consideração a sua aprendizagem e desenvolvimento.

Como observado no capítulo conceitual deste estudo "Monitor escolar: acompanhamento personalizado para crianças com necessidades específicas" os monitores desempenham um papel fundamental ao oferecer suporte em atividades diárias, como higiene e alimentação, e auxiliar os alunos em sala de aula, promovendo seu aprendizado. Ou seja, esses profissionais desempenham um papel

vital na inclusão educacional, assegurando que todas as crianças tenham igualdade de oportunidades para aprender, independentemente de suas necessidades específicas.

As entrevistas com os monitores e com a coordenação da instituição destacam a importância do monitor e seu papel na educação inclusiva.

De acordo com o que a monitora A destacou, podemos notar que ela reconhece a importância do seu papel no auxílio das crianças com necessidades específicas, principalmente no que diz respeito ao ensino e aprendizagem, e na execução de atividades, desta forma ela auxilia a professora titular da turma no planejamento o pois ela já conhece a criança e sabe como ela vai reagir a determinada situação e atividade.

“Eu percebo que muitas vezes se eu não for falar “ó, isso dá para fazer, isso não dá para fazer... que a profe não vai saber né, então eu vejo tipo, o quanto é importante o nosso trabalho”.

Seguindo nessa mesma linha, a Monitora B relata que auxilia muito a professora no planejamento de atividades e situações de aprendizagem e que geralmente é ela mesma quem pensa e faz o planejamento, pois já acompanha a criança há algum tempo e já sabe o que é possível realizar.

“Eu que mais planejo o que eu posso aplicar com a minha criança né, até por uma questão de como eu venho acompanhando eu já tenho...já sei mais o que dá para fazer do que não né”.

Podemos notar que as duas monitoras citadas reconhecem a sua importância no acompanhamento de crianças com necessidades específicas, mas destacam também o grande auxílio no planejamento de situações e atividades para essas crianças, algo que não é citado como uma de suas tarefas e obrigações na legislação.

A Nota Técnica Seesp/GAB nº 19/2010, traz informações detalhadas sobre a atuação do monitor. Neste documento, foi determinado que os sistemas educativos

devem fornecer apoio profissional para promover acessibilidade e ajudar os alunos na locomoção, higiene, alimentação e comunicação.

- Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene e alimentação prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.
- A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público-alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.
- Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas ao aluno público-alvo da Educação Especial nem responsabilizar-se pelo ensino desse aluno.
- O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da Educação Especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola (Brasil, 2010, p. 2).

A nota técnica do Ministério da Educação enfatiza a importância de oferecer apoio individualizado àqueles que não realizam atividades de locomoção, higiene e locomoção sozinhos. Isto envolve considerar as necessidades específicas de cada aluno e adaptar o apoio à sua condição funcional, em vez de focar apenas na sua condição e necessidade específica.

Além disso, podemos notar que não é responsabilidade do profissional de apoio desenvolver atividades educativas diferenciadas para alunos com necessidades específicas ou assumir papel de ensinar os alunos. Em vez disso, os monitores devem colaborar e articular as suas ações com os professores da sala de aula regular e outros profissionais da escola, como psicólogos e professores do AEE, garantindo que este aluno receba o suporte adequado em um ambiente inclusivo e colaborativo.

A atuação do Profissional de Apoio (PA) é articulada com professores regentes e todos os profissionais da escola em busca da efetividade da inclusão escolar (Araújo; Xavier; Freitas, 2017).

Silva e Maciel (2011) entendem que o profissional de apoio também é um auxílio para os professores, pois é ele que acompanha diretamente o aluno público-alvo da Educação Especial e pode dar contribuições ao professor sobre o desenvolvimento do aluno.

Além da importância do monitor no ensino e aprendizagem da criança, pude notar também que as monitoras da instituição estão cientes de que sua importância vai muito além disso e destacam a importância do seu papel no processo de adaptação, relatando que existem também crianças que são mais dependentes e precisam de auxílio o tempo todo.

Monitora E: "Tenho que ajudar muito com a adaptação, ele não é verbal, então além de toda adaptação ele tem um tablet de comunicação que a gente precisa estar usando em qualquer momento da tarde, ele precisa de auxílio para ir ao banheiro, precisa de auxílio para subir a escada, pra tudo. Ele é totalmente dependente em tudo".

A coordenadora da escola também destaca a importância do monitor na adaptação da criança com necessidade específica e coloca isso como um dos principais desafios enfrentados, principalmente quando há troca e rotatividade de monitor. Isso ocorre porque a criança tende a desenvolver um laço afetivo com o monitor, muitas vezes formando uma relação sólida que pode ser desafiadora de se desfazer.

Coordenadora: "O desafio é a adaptação. Por isso que nós procuramos fazer o mínimo possível de rotatividade num ano escolar. Tudo aquilo que tu construiu com aquela pessoa (pausa para pensar) o vínculo para a criança é muito importante também."

É nítida a importância dos monitores para crianças com necessidades específicas. Esses profissionais atuam como facilitadores da aprendizagem e além disso, auxiliam os alunos em diversas atividades, incluindo a adaptação, a comunicação, a mobilidade e os cuidados pessoais. Ou seja, os monitores

desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e na garantia de que as crianças tenham acesso igualitário à educação.

4.2 Rotatividade de monitores: desvendando os porquês

Cientes da importância do monitor que acompanha crianças com necessidades específicas, a maioria das instituições enfrentam um mesmo desafio, a rotatividade e troca recorrente desses profissionais, e este foi um problema abordado durante a entrevista com a coordenadora da instituição e do grupo focal com os monitores.

A coordenadora relatou durante a entrevista que tentam ao máximo não fazer nenhuma troca de monitor durante o ano, mas, quando isso ocorre, é avaliada a situação de cada criança e do monitor antes de fazer uma troca, a menos que o monitor tenha pedido demissão para outro emprego ou haja uma situação excepcional em que a equipe concorde que a troca seria mais eficaz. Ressalta-se o pensamento a importância do o bem estar da monitora e consequentemente da criança que também necessita de um acompanhamento eficaz.

Coordenadora: "A gente analisa o caso da criança, analisa o caso, se aquele ano foi muito pesado para a monitora. Durante o ano a gente procura não trocar, a não ser que a monitora tenha pedido demissão por outra proposta de emprego ou dali um pouco uma situação fora da curva que toda equipe multidisciplinar entenda que a troca vai ser melhor, mais efetiva".

Podemos notar que, na instituição, existe um processo cuidadoso de avaliação e tomada de decisão em relação ao monitor e a criança, feito por uma equipe multidisciplinar (coordenação, psicólogo da instituição, professores do AEE) que desempenha esse papel tão importante na decisão de trocar um monitor, garantindo que seja uma decisão eficaz e justificável.

Durante o grupo focal com as monitoras percebi uma convergência com as falas e questões abordadas pela coordenadora em relação a troca de monitores por motivos como proposta de emprego melhor, o bem estar da monitora levando em

conta todas as responsabilidades que se deve ter, os desafios enfrentados no dia-a-dia, fazendo com que muitas não queiram ou deixem de seguir acompanhando a criança com necessidades específicas.

Uma monitora menciona que muitas pessoas não suportam as pressões e desafios enfrentados no acompanhamento de crianças com necessidades específicas, e como resultado, acabam saindo da escola e trocando de emprego.

Monitora A: “Ahh, eu acho que é porque ninguém quer passar a vida inteira como monitor né, (risadas). E muitas vezes, acaba tendo uma oportunidade melhor, mas o que eu percebo hoje em dia é a questão de daqui a pouco a escola estar tentando trabalhar em uma linha, e a família não trabalha naquela mesma linha, né. E eu acho que, querendo ou não, tem muita gente que não aguenta o tranco, e aí acaba saindo, né e infelizmente eu acredito que cada vez mais vai ser assim”.

A participante também aponta que uma das razões para existir essa rotatividade de monitores é uma possível discrepância entre o que a escola está tentando fazer e o que as famílias estão fazendo, ou seja, a forma de pensar e agir diante determinadas situações, bem como a diferenças nas expectativas, métodos de educação, valores, ou outros aspectos.

Outro motivo da rotatividade, mencionado pela participante, é porque ninguém quer passar a vida inteira como monitor. E isso sugere que o trabalho de monitoramento pode ser visto como temporário ou de entrada, e as pessoas geralmente o veem como um trampolim para melhores oportunidades.

A participante acredita que essa rotatividade de monitores pode aumentar cada vez mais com o tempo. Isso sugere que as condições de trabalho ou a dinâmica geral estão se tornando menos atrativas para os monitores, tornando mais comum que eles troquem de emprego e deixem o cargo.

Seguindo este mesmo pensamento, outra participante do grupo focal levanta vários tópicos e motivos que levam a essa rotatividade de monitores para o acompanhamento de crianças com necessidades específicas, sendo que estes estão relacionados às questões salariais e a importância do papel do monitor na educação dessas crianças, que muitas vezes não é valorizado.

Monitora C: "E também a questão salarial né, porque o salário ele muito inferior ao do profe. claro que o monitor ele não tem né tanta demanda mas hã... o monitor ele tem um salário muito inferior e ele tem que fazer um trabalho muito muito especial, porque assim se a gente fosse pensar no professor em sala de aula ele sozinho com crianças especiais diferentes, que precisam da ajuda bem específica, o professor não daria conta né, ou teria que ficar só com a criança, ou teria que deixar a criança de lado e pensar na turma, então assim, é tão importante quanto profe, claro que tem toda uma equipe né que tá preparada ali pra acompanhar quando ela atinge o conhecimento que tu quer que ela tenha é gratificante, e também passou pela mão do monitor né, em grande parte assim".

Notamos que o primeiro ponto destacado é a discrepância salarial entre os monitores e professores. A participante menciona que os monitores recebem salários significativamente inferiores aos dos professores. Isso é apontado como uma preocupação, sugerindo que os monitores sentem que seu trabalho é subvalorizado em relação a sua remuneração. Ela também menciona que embora os monitores possam não ter uma carga de trabalho tão intensa quanto os professores, eles desempenham um papel especial e desafiador, especialmente quando se trata de lidar com crianças com necessidades específicas. A participante argumenta que os monitores desempenham um papel fundamental na educação, pois podem fornecer apoio mais individualizado e especializado para essas crianças e podem complementar o trabalho do professor, garantindo que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar o conhecimento desejado.

A partir da fala da monitora, podemos destacar a importância dos monitores na educação, especialmente quando se trata de lidar com crianças com necessidades específicas. Mas infelizmente, muitas acabam desistindo do cargo pela questão das diferenças salariais que podem existir entre monitores e professores, apontando uma preocupação com a valorização desse papel na sociedade.

Seguindo com a análise do grupo focal, temos a opinião de outra participante que reflete sobre a complexa dinâmica entre monitores e crianças, reconhecendo que a aceitação do monitor pode variar de criança para criança e que a atuação do

monitor desempenha um papel crucial nessa interação. Além disso, ela sugere a necessidade de compreender as motivações e comportamentos das crianças para estabelecer uma relação eficaz com elas.

Monitora B: eu acredito que muitas vezes também a própria criança acaba não aceitando né, ah claro, a gente é uma pessoa totalmente diferente, que não é da família, e vai chegar lá e vai dizer não, tu vai sentar e vai ficar na tua cadeira. Eu acho que também vai muito da criança às vezes, a saída do monitor”.

A monitora reconhece que as crianças podem muitas vezes resistir à presença de monitores, sugerindo que algumas crianças podem não aceitar facilmente a autoridade ou a presença dos monitores, que são pessoas diferentes das suas famílias, ressaltando a diferença de papéis e relações, o que pode ser um dos motivos da resistência das crianças. Mas essa não aceitação depende muito da personalidade e experiências individuais de cada criança e da abordagem e da interação do monitor com ela.

Outra reflexão interessante feita pela participante C, é a compreensão dos desafios e expectativas enfrentados pelos monitores ao lidar com questões comportamentais e de aprendizado das crianças com necessidades específicas. Ela destaca a importância de reconhecer e superar obstáculos iniciais no processo de ensino e aprendizado, bem como a prioridade da alfabetização no currículo educacional.

Monitora C: "Questão de comportamento muitas vezes né, acho que é difícil de trabalhar com a criança né, e a gente como profe sempre tem a expectativa de conseguir alcançar né, questões cognitivas e de aprendizagem, mas nem sempre isso é possível e muitas vezes nas primeiras vezes quando a gente se depara com algumas funções assim, é... chocante assim não conseguir fazer.”

A participante destaca a relevância do comportamento na educação de crianças, sugerindo que o comportamento pode ser um fator importante que influencia o processo de aprendizagem. Além disso, a monitora reconhece que

trabalhar com crianças com necessidades específicas pode ser desafiador, e destaca que é "difícil de trabalhar com a criança", implicando que lidar com o comportamento e as questões de aprendizagem das mesmas não é uma tarefa simples.

A monitora também menciona que elas têm a expectativa de "conseguir alcançar questões cognitivas e de aprendizagem". Isso mostra que possuem metas e objetivos elevados para o desempenho acadêmico das crianças e que, muitas vezes, quando os monitores se deparam com problemas iniciais, pode ser "chocante" não conseguir alcançar os resultados desejados. Isso indica que o processo de ensino pode ser emocionalmente desafiador quando os resultados não são imediatamente alcançados, e este também pode ser um dos motivos para a rotatividade de monitores.

Outro ponto destacado pela mesma participante é a formação e capacitação contínua que são essenciais para os monitores que trabalham com crianças com necessidades específicas, pois acreditam estar preparadas para lidar com as necessidades das crianças em sala de aula, porém não é suficiente e é necessário se ter uma especialização e um conhecimento aprofundado nesta área, pois sem a especialização, pode ser difícil atender adequadamente a essas necessidades.

Monitora C: "A questão da dificuldade de algumas crianças, porque até certo ponto a gente tá preparado, mas depois assim se tu não tem uma especialização se tu não tem hã...um interesse em algumas questões acaba ficando pra trás e não tem como acompanhar algumas crianças com dificuldades".

Além da especialização, a participante também menciona a importância do interesse pessoal em algumas questões. Isso sugere que, além do conhecimento formal, os monitores precisam ter paixão e motivação para ajudar as crianças a superar suas dificuldades e garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de ter uma educação de qualidade.

A coordenadora também destaca a importância da formação e especialização dos monitores que acompanham as crianças com necessidades específicas e

destaca que durante o ano, são proporcionados momentos para a capacitação dos profissionais e o aperfeiçoamento do atendimento a essas crianças.

Coordenadora: "Nós temos uma equipe também multidisciplinar aqui no Colégio que são os profissionais do AEE e o nosso SOE (Serviço de Orientação Educacional) e o serviço de Psicologia, mais as coordenadoras, a gente forma o time multidisciplinar. Então este time, durante o ano vai propondo promovendo formações estruturadas. Em reuniões, né, em determinados momentos. Então a gente vai vendo, diversos profissionais, por exemplo: clínicas de Lajeado, profissionais de Porto Alegre que possam dar uma palestra pelo Meet...né, essas atividades vão acontecendo durante o ano para a formação destes monitores e professores".

A entrevistada menciona que a equipe multidisciplinar do colégio é responsável por promover momentos de formações ao longo do ano que têm o objetivo de capacitar os monitores e professores, para atender os estudantes com necessidades específicas da melhor forma possível, pensando em seu pleno desenvolvimento. A Coordenadora também menciona que a equipe busca a participação de diversos profissionais na busca ativa por experiência e conhecimentos externos para enriquecer as formações.

No Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (2015), destaca-se a importância de incorporar referências teóricas sobre ensino e aprendizagem relacionadas à Educação Especial nas licenciaturas, bem como capacitar monitores para atender a esse público, visando promover o conhecimento dos profissionais da educação, questionar a relação entre docentes e profissionais de apoio, e esclarecer suas responsabilidades na aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Ou seja, é muito importante que as instituições garantam que os profissionais estejam preparados para lidar com as demandas específicas de cada criança.

Outra questão importante abordada durante a entrevista com a coordenadora, é em relação ao gerenciamento da transição dos monitores quando ocorre a saída ou troca do mesmo.

Coordenadora: "Uma das nossas diretrizes é, se a profissional, que está pedindo para sair do Colégio, ela nos der um tempo hábil, por exemplo de 3, 4 dias a gente fica com as duas em sala de aula. Se a que tá saindo, tem a possibilidade de ficar alguns dias, a gente vai proporcionar isso também. E aí em encontros com a família, aproximações sucessivas com a criança, e tudo mais!"

A coordenadora menciona a importância de receber um aviso prévio da saída do monitor que acompanha uma criança com necessidades específicas, de preferência com um tempo hábil de 3 a 4 dias. Isso é um aspecto positivo, pois permite que a escola se prepare para a transição e minimize possíveis impactos negativos nas crianças.

A entrevistada também sugere que, quando possível, a escola tenta manter tanto a profissional que está saindo quanto sua substituta na sala de aula. Isso é uma estratégia interessante, pois ajuda a proporcionar uma transição mais suave para as crianças, permitindo que elas se acostumem gradualmente com o novo educador.

A coordenadora também menciona a importância de encontros com a família e aproximações sucessivas com a criança. Isso indica uma preocupação genuína com o bem-estar emocional das crianças durante a transição. Manter a comunicação aberta com as famílias e permitir que as crianças se familiarizem com o novo educador ajuda a reduzir o impacto emocional negativo.

O monitor desempenha um papel fundamental na esfera emocional do aluno, sendo crucial transmitir confiança tanto ao aluno quanto à família, como diz Aranha (1994 p.69-70) "é no cenário das relações sociais que se dá a apreensão do real, a construção do conhecimento, da sociedade e o desenvolvimento do homem". Deixando claro que as interações entre o aluno e o monitor são essenciais para que o aluno desenvolva as bases para estabelecer relacionamentos com a escola, a família e a sociedade.

Em geral, a abordagem da escola, conforme descrita pela coordenadora, parece ser orientada para minimizar os transtornos que uma mudança de profissional pode causar nas crianças. Isso demonstra um compromisso com o

bem-estar emocional e a estabilidade das crianças, o que é fundamental para o ambiente educacional.

Apesar da importância de haver uma estabilidade de monitores para o acompanhamento de crianças com necessidades educacionais, às vezes um mesmo monitor pode acompanhar a mesma criança somente por um ano inteiro. Essa mudança de monitores ocorrerá ao longo da vida da criança, o que significa que ela terá diferentes pessoas ao seu lado durante todo o processo de ensino.

Monitora D: mesmo que tem essa rotatividade, tipo de um ano seguinte às vezes é o mesmo monitora que segue com a mesma criança, mas essa mudança, isso vai acontecer a vida inteira, tipo eles vão ter pessoas diferentes a vida inteira, então nós não vamos ter como acompanhar eles do quinto ao terceiro ano do ensino médio, nós não vamos ter essa (pausa). Então essa adaptação eles precisam ter, é importante. É um desafio para nós, para a criança e também querendo ou não afeta a nossa saúde mental, no sentido assim, será que a gente vai dar conta, por que a gente se exige bastante. Meu Deus, se eu não dar conta o que vai acontecer sabe, então vem bastante... carrega bastante a gente também, por que vem bastante compromisso, em cima disso, da criança gostar da gente, ou se a criança não gostar da gente, o que vai ser feito, sabe então envolve muita coisa não é só a questão da adaptação né, e envolve tanto a adaptação da criança quanto pra nós né”.

A monitora enfatiza a importância da adaptação das crianças a essas mudanças constantes. Ela afirma que essa adaptação é vital e que é um desafio tanto para os monitores quanto para as crianças.

A participante também sugere que essa situação tem um impacto na saúde mental dos monitores. Eles se preocupam em atender às expectativas, e a incerteza sobre sua capacidade de fazê-lo pode ser uma fonte de estresse. Ela também menciona a preocupação sobre o que acontecerá se eles não conseguirem cumprir suas responsabilidades.

A monitora também destaca que o relacionamento entre os monitores e as crianças é fundamental, e a criança gostar ou não gostar do monitor é relevante.

Além disso, a fala menciona a complexidade da situação, pois envolve a adaptação tanto da criança quanto dos monitores.

A participante retrata a complexidade da relação entre monitores e crianças em um ambiente de ensino, destacando desafios emocionais e a importância da adaptação em um contexto de rotatividade de monitores.

Para concluir, podemos notar que a estabilidade dos monitores é valorizada, mas também é reconhecida que a adaptação é resultado das mudanças nas necessidades das crianças e nas situações dos monitores.

Os motivos para a rotatividade incluem oportunidades de emprego melhores, dificuldades de adaptação às necessidades das crianças e baixos salários. A falta de uma formação específica para lidar com as complexidades das crianças com necessidades específicas também é apontada como um fator. A formação contínua e o apoio são cruciais para garantir que os monitores possam oferecer um suporte eficaz às crianças com necessidades específicas.

A rotatividade de monitores acaba afetando também as crianças, pois elas acabam desenvolvendo laços afetivos com seus monitores e podem enfrentar dificuldades na adaptação a novos profissionais. Isso pode ter um impacto na sua aprendizagem e bem-estar emocional.

É destacado que a formação e capacitação contínua são essenciais para os monitores que trabalham com crianças com necessidades específicas. As instituições devem garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com as demandas específicas das crianças. O desenvolvimento profissional é realizado por equipes multidisciplinares e inclui reuniões, palestras e colaboração com profissionais externos quando necessário.

Para atuação na Educação Inclusiva, o monitor deve ter uma formação inicial e continuada, possuir conhecimentos do exercício da docência, conhecimentos gerais e específicos da Educação Especial (Brasil, 2008).

A comunicação e adaptação são essenciais para lidar com a rotatividade dos monitores. As escolas podem facilitar a transição entre monitores, garantindo que haja tempo para uma sobreposição entre o antigo e o novo monitor. Além disso, envolver a família na preparação para a mudança é fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização deste trabalho, posso destacar a evolução dos direitos educativos, passando da exclusão à inclusão ao longo do tempo. A história revela como a sociedade tem mudado na forma de tratar pessoas com necessidades especiais. O surgimento de instituições de ensino especializado e leis de inclusão no Brasil marcam essa evolução. A transição da educação especial para a inclusiva reflete um compromisso com os direitos humanos e a igualdade de oportunidades, afetando a cultura, atitudes e políticas. A educação inclusiva é crucial para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm a oportunidade de atingir seu pleno potencial.

É possível destacar também que o papel dos monitores na educação inclusiva é essencial. Eles não apenas auxiliam as crianças com necessidades específicas em atividades diárias, mas também desempenham um papel ativo no aprendizado e adaptação. Suas contribuições vão além das obrigações legais, incluindo o planejamento de atividades. A colaboração com professores e outros profissionais é fundamental e além disso, a formação de vínculos afetivos entre monitores e crianças é um desafio que precisa ser considerado. No geral, os monitores desempenham um papel vital na promoção da inclusão educacional, garantindo igualdade de oportunidades para todas as crianças.

Em conclusão, o estudo sobre a rotatividade de monitores no acompanhamento de crianças com necessidades específicas nos trouxe diversas considerações importantes. Primeiramente, foi possível reconhecer a valorização da estabilidade dos monitores, mas também entender que a adaptação é necessária devido às mudanças nas necessidades das crianças e nas situações dos próprios monitores.

A pesquisa revelou que a rotatividade de monitores é influenciada por vários fatores. Oportunidades de emprego melhores, baixos salários e a falta de formação específica para lidar com as complexidades das crianças com necessidades específicas são algumas das razões para essa rotatividade. Portanto, a formação

contínua e o apoio são cruciais para garantir que os monitores possam oferecer um suporte eficaz às crianças com necessidades específicas.

Além disso, a rotatividade de monitores não afeta apenas os profissionais, mas também as próprias crianças que desenvolvem laços afetivos com seus monitores e podem enfrentar dificuldades na adaptação a novos profissionais, o que pode impactar sua aprendizagem e bem-estar emocional.

Nesse contexto, a formação e capacitação contínua se mostraram essenciais para os monitores que trabalham com crianças com necessidades específicas. As instituições de ensino devem garantir que esses profissionais estejam preparados para lidar com as demandas específicas das crianças, promovendo seu desenvolvimento profissional por meio de equipes multidisciplinares, reuniões, palestras e colaboração com profissionais externos, quando necessário.

A legislação educacional também enfatiza a importância da formação inicial e continuada para os monitores que atuam na Educação Inclusiva, destacando a necessidade de conhecimentos gerais e específicos da Educação Especial.

Por fim, a pesquisa ressalta a importância da comunicação e adaptação no gerenciamento da transição dos monitores. As escolas podem facilitar esse processo garantindo que haja tempo para uma sobreposição entre o antigo e o novo monitor, e envolvendo a família na preparação para a mudança.

Portanto, para lidar de maneira eficaz com a rotatividade de monitores, as instituições de ensino devem investir na formação e apoio contínuo dos profissionais, promovendo a valorização de seu papel na educação das crianças com necessidades específicas e assegurando a estabilidade emocional e acadêmica dessas crianças durante as transições.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **A integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Mesa redonda; a questão da integração do deficiente.** XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. SP, 1994.

ARAÚJO, L. A.; XAVIER, B. R. X.; FREITAS, R. C. **A precariedade do fornecimento de PA educacional ao aluno com deficiência em Fortaleza/CE.** IN: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ENSINO E A APRENDIZAGEM EM DISCUSSÃO, 1., 2017, Porto Alegre. Anais [...] Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-1/completo-4.pdf>. Acesso em: 27 de outubro. 2023.

BARBOSA, Eduardo. **Câmara dos Deputados.** Projeto de Lei nº 13.146 de 31 de outubro de 2016. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.**

BEYER, O. H. **Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In: BAPTISTA, C. et al. (Orgs.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas:** Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. CNE. CEB. Resolução No 2, de 11 de setembro de 2001, institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 9394, 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista.** Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL, Lei 12.796. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Presidência da República, Casa Civil. Brasília, 4 de abril de 2013.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação dos temas transversais e ética,** 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica MEC/Seesp/GAB nº 19, de 8 de setembro de 2010. **Determina especificações de profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino.** Brasília, 2010. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/tag/nota-tecnica/>. Acesso em: 25 de outubro. 2023.

BRASIL. **Pesquisa Nacional de Saúde: Ciclos de vida.** IBGE, 2019. Disponível em: > <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf> > Acesso em 11 de junho de 2023.

BUENO, J.G.S. **Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?lang=pt> > Acesso em: 08 de jun.2023.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira - integração/segregação do aluno deficiente.** São Paulo: EDUC, 1993.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação.** 2. Ed. – Lajeado: Editora da Univates, 2012.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares.** Porto: Editora Porto, 1997.

DAL'IGNA, Maria Claudia. **Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico metodológico.** In: MEYER, Dagmar Estermann. PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 195- 217.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

Decreto nº 6.949/2009 de agosto de 2009.

Decreto nº 7.611 de novembro de 2011.

DIVERSA. **O que é Desenho Universal para a Aprendizagem?** Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-desenho-universal-para-a-aprendizagem/?ref=15244> > acesso em: 12 de dezembro de 2023.

DIVERSA. **O que é educação inclusiva?** Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/#> > acesso em: 11 de junho de 2023.

FORTUNATO, M. **Educação e deficiência**. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.
JIMÉNEZ, R. B. **Educación Especial y Reforma Educativa: necesidades educativas especiales**. Málaga: Aljibe, 1993.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: MEC, 2015.

MAZOTTA, M. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. MEC/SEESP. 07 de janeiro de 2008. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2009.

_____. MEC/CNE. Resolução No 4, que Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. (Orgs) **Escola Inclusiva**. São Carlos: UFSCAR, 2002.

Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação – CONAE**. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>> Acesso em: 09 de junho de 2023.

Ministério da Educação. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.

Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MISÉS, R. **A criança deficiente mental - uma abordagem dinâmica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MRECH, L. M. **O que é Educação Inclusiva.** Revista Integração, MEC/SEESP, ano 8, n. 20, p. 34-38, 1998.

PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova contratação de profissional de apoio escolar para alunos da educação especial : Entre as atribuições desse profissional está o auxílio ao estudante com deficiência em atividades de alimentação, higiene e locomoção.. In: **Câmara aprova contratação de profissional de apoio escolar para alunos da educação especial** .: Entre as atribuições desse profissional está o auxílio ao estudante com deficiência em atividades de alimentação, higiene e locomoção.. [S. l.]: Pierre Triboli, 31 out. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1012740-camara-aprova-contratacao-de-profissional-de-apoio-escolar-para-alunos-da-educacao-especial>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Portaria no 948/2007. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

PROCURADORIA FEDERAL DO DIREITO DO CIDADÃO (PFDC). **Acesso de aluno com deficiência as escolas comuns na rede regular.** 2004.

Resolução nº 2/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 14.705 de 25 de junho de 2015. Institui o Plano Estadual de Educação.** Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 25 jun. 2015. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>, Acesso em: 27 outubro 2023.

_____. SEESP/ GAB. Nota Técnica no 19, de 08 de setembro de 2010 destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, 2010.

SILVA, K. F. W.; MACIEL, R. V. M. **Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer?** Revista Educação Especial, Santa Maria, p. 107-115, 2011. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4405/2578>. Acesso em: 27 de outubro. 2023.

STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva.** 3ª edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Unesco, 1998.

UNESCO. 2020. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos**. Paris, UNESCO.

VAUGHN, S. et al. **Focus group interviews in education and psychology**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO AO REPRESENTANTE DA DIREÇÃO E/OU COORDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Eu _____, acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Taquari/RS, estou desenvolvendo o Trabalho de Conclusão de Curso com o problema "Qual a influência da rotatividade e/ou troca de monitor para crianças com necessidades específicas dos anos iniciais?". Para tanto, pretendo desenvolver os estudos na presente instituição de maneira a analisar como os monitores e a coordenação escolar compreende a influência da rotatividade e/ou troca de monitor para crianças com necessidades específicas.

Os dados coletados serão de uso exclusivo da pesquisadora, sendo utilizados com finalidade de fornecer elementos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Será assegurada a confidencialidade da Instituição e de todos os participantes da pesquisa.

Eu _____, diretora da instituição de ensino, aceito que a acadêmica do Curso de Pedagogia _____ desenvolva sua pesquisa na presente Instituição de ensino .

Diretora da Instituição: _____

CPF: _____

Acadêmica: _____

CPF: _____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ÀS PARTICIPANTE DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de Conclusão de Curso II, intitulado “A monitoria para crianças com necessidades específicas nos Anos Iniciais”, desenvolvida por Luana Gabrieli Scherner discente de Graduação em Pedagogia Licenciatura da Universidade do Vale do Taquari - Univates, sob orientação da Professora Dra. Danise Vivian.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é compreender a influência da rotatividade e/ou troca de monitor para crianças com necessidades específicas dos anos iniciais de uma escola da rede particular do Município de Lajeado/RS.

Por que o participante está sendo convidado (critério de inclusão)

O convite a sua participação se deve à identificar seus sentimentos, atitudes, ideias e percepções a respeito do tema e do problema de pesquisa do referido Trabalho de conclusão de curso II.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Será garantido o anonimato do participante.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado(a).

Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

A conversa realizada será transcrita e armazenada, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o aluno e seu professor orientador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº 466/12.

Assinale a autorização para gravação da reunião:

Autorizo ()

Não autorizo ()

Observação

Este termo é redigido em duas vias (não será fornecida cópia ao sujeito, mas sim outra via), sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as

páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa com a assinatura aposta na última página.

Nome e Assinatura do Pesquisador

Luana Gabrieli Scherner/ (51) 99595 - 7288

CPF: 041.270.450-19

Lajeado, outubro de 2023.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante: Simone Elisa Faleiro

CPF: _____

APÊNDICE C: QUESTÕES DISPARADORAS PARA A REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL COM OS MONITORES DE TURMAS DOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA DE REDE PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS

Questões disparadoras:

1. Qual o seu papel como monitor?
2. Na sua opinião, por que existe uma rotatividade de monitores no acompanhamento de crianças com necessidades específicas e o que faz com que os monitores deixem de acompanhar esses alunos?

3. Você acredita que a rotatividade de monitores afeta as crianças com necessidades específicas? Por que?

APÊNDICE D: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA DA ETAPA DOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA DE REDE PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS

Questões:

1. Quantos monitores há no total na Instituição para atender os estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?
2. Já houveram casos de rotatividade e troca de monitor? Por que acredita que isso aconteceu?
3. Quais são os principais desafios que a coordenação enfrenta ao lidar com a rotatividade de monitores em programas de educação inclusiva e como esses desafios afetam a qualidade do suporte oferecido às crianças com necessidades específicas?
4. Existe um plano de capacitação ou treinamento contínuo para os monitores que trabalham com crianças com necessidades específicas? Como a instituição se assegura de que esses profissionais estejam preparados para atender às demandas específicas das crianças?
5. Em casos de troca de monitores, como a coordenação auxilia na transição para garantir que as crianças com necessidades específicas se adaptem bem a seus novos monitores? Existem diretrizes ou práticas recomendadas nesse processo?
6. Qual é a visão da instituição em relação à estabilidade dos monitores para crianças com necessidades específicas? Há planos para reduzir a rotatividade e aumentar a consistência na equipe de suporte?
7. Neste ano, já ocorreram trocas de monitores? Se sim, poderia apresentar os motivos e quantas foram?